

**Companhia de Gás de Santa Catarina -
SCGÁS**

Demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 - Salas 603, 604 e
605 - Centro - Ed.The Office Avenida
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia”), em 31 de março de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direito oriundo de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de março de 2014 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Conseqüentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do período findo naquela data.



Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Florianópolis, 30 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/03/14	31/12/13	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/03/14	31/12/13
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	48.846.348	48.288.507	Fornecedores	10	118.754.933	122.926.700
Contas a receber de clientes	5	51.757.801	47.239.313	Obrigações sociais e trabalhistas		6.435.979	6.160.909
Tributos a recuperar	12	-	2.394.105	Obrigações tributárias	11	3.323.314	3.012.083
Estoques		1.396.199	1.516.568	Imposto de renda e contribuição social	12	2.331.995	-
Outras contas a receber	6	2.007.873	4.751.666	Participação nos lucros		3.122.946	2.666.544
Despesas antecipadas		281.020	269.838	Dividendos propostos a pagar	13	1.252.027	1.252.027
Total do ativo circulante		104.289.241	104.459.997	Juros sobre capital próprio	13	6.602.395	6.602.395
				Cauções em garantia	15	204.029	208.759
				Provisão para contingências	14	1.279.052	436.191
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		143.306.670	143.265.608
Contas a receber de clientes	5	39.330.684	34.165.164	Cauções em garantia	15	1.142.634	1.130.322
Tributos diferidos	7	1.624.937	945.602	Total do passivo não circulante		1.142.634	1.130.322
Adiantamento a fornecedores	8	35.577.250	29.081.606	Patrimônio líquido	16		
Depósitos judiciais		1.624.449	1.571.972	Capital social		121.544.940	121.544.940
		78.157.320	65.764.344	Reserva legal		24.308.988	24.308.987
Investimentos		2.400	2.400	Reserva de retenção de lucros		48.264.599	48.264.600
Intangíveis	9	196.005.289	196.328.544	Reserva Especial Dividendos		5.642.690	5.642.690
		196.007.689	196.330.944	Lucros Acumulados		11.845.591	-
Total do ativo não circulante		274.165.009	262.095.288	Dividendos a disposição da AGO		22.398.138	22.398.138
Total do ativo		378.454.250	366.555.285	Total do patrimônio líquido		234.004.946	222.159.355
				Total do passivo e patrimônio líquido		378.454.250	366.555.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de Resultados

Período de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Nota	31/03/14	31/03/13
Receita líquida - Venda de gás	17 a	173.942.551	154.392.238
Receita de construção - CPC 17	17 b	<u>5.764.376</u>	<u>5.327.093</u>
		179.706.927	159.719.331
Custo dos produtos vendidos	18	(147.167.480)	(125.338.981)
Custo de construção - CPC 17	17 b	<u>(5.764.376)</u>	<u>(5.327.093)</u>
		(152.931.856)	(130.666.074)
Lucro bruto		26.775.071	29.053.257
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(2.582.000)	(1.651.335)
Despesas administrativas		(5.049.741)	(4.590.396)
Outros resultados operacionais		<u>(1.680.467)</u>	<u>(804.489)</u>
		(9.312.208)	(7.046.220)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		17.462.863	22.007.037
Receitas financeiras		560.781	228.906
Despesas financeiras		<u>(51.472)</u>	<u>(108.751)</u>
		509.309	120.155
Lucro operacional antes dos impostos		17.972.172	22.127.192
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6.805.916)	(7.654.814)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>679.335</u>	<u>125.723</u>
Lucro líquido do período		<u><u>11.845.591</u></u>	<u><u>14.598.101</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Período de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em Reais)

	31/03/14	31/03/13
Lucro líquido do período	11.845.591	14.598.101
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>11.845.591</u>	<u>14.598.101</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em Reais)

	Capital Social	Reservas de lucro			Lucros Acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
		Legal	Retenção de lucros	Reserva Especial Dividendos			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>48.264.600</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>194.118.527</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	14.598.101	-	14.598.101
Saldo em 31 de março de 2013	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.987</u>	<u>48.264.600</u>	<u>-</u>	<u>14.598.101</u>	<u>-</u>	<u>208.716.628</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.988</u>	<u>48.264.599</u>	<u>5.642.690</u>	<u>-</u>	<u>22.398.138</u>	<u>222.159.355</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	11.845.591	-	11.845.591
Saldo em 31 de março de 2014	<u>121.544.940</u>	<u>24.308.988</u>	<u>48.264.599</u>	<u>5.642.690</u>	<u>11.845.591</u>	<u>22.398.138</u>	<u>234.004.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em Reais)

	31/03/14	31/03/13
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	11.845.591	14.598.101
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	6.838.597	7.249.496
Constituição de provisão para contingências passivas	842.861	50.221
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.138.118	286.403
Constituição de provisão de fornecedores	456.402	196.558
Constituição de provisão de administradores cedidos	137.597	137.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(679.335)	(125.723)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	(6.321.261)	(3.714.558)
Baixa bens do intangível	1.619	114.690
	<u>14.260.189</u>	<u>18.792.785</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(10.822.126)	(13.294.212)
Tributos a recuperar	5.206.629	-
Estoques	120.369	(10.249)
Adiantamento a Fornecedores	(1.359.056)	(4.192.807)
Outras contas do ativo	2.680.133	(425.461)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(2.987.093)	17.707.069
Obrigações tributárias	57.483	(1.170.095)
Imposto de renda e contribuição social	(226.781)	1.397.132
Obrigações sociais e trabalhistas	137.473	507.300
Cauções em garantia	7.582	(94.809)
	<u>(7.185.387)</u>	<u>423.868</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.074.802	19.216.653
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	<u>(6.516.961)</u>	<u>(4.598.671)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(6.516.961)	(4.598.671)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	<u>-</u>	<u>(1.132.250)</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	-	(1.132.250)
Aumento do caixa e equivalentes	557.841	13.485.732
Caixa e equivalentes no início do período	<u>48.288.507</u>	<u>37.885.121</u>
Caixa e equivalentes no final do período	<u><u>48.846.348</u></u>	<u><u>51.370.853</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até março de 2014, foram distribuídos pela SCGÁS 162 milhões de metros cúbicos de gás natural (*). A partir das 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.053 Km de rede de distribuição (*).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em reunião realizada em 30 de maio de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(*) Informações não revisadas.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Intangíveis
- Nota 14 – Provisão para contingências

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2014 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e das demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2014, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras, portanto, devem ser lidas em conjunto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/14	31/12/13
Caixa	6.685	6.519
Bancos conta movimento	47.013.405	41.140.119
Aplicações financeiras	-	640.460
Numerários em transito	1.826.258	6.501.409
	<u>48.846.348</u>	<u>65.188.507</u>
	<u>48.846.348</u>	<u>65.188.507</u>

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

a. Aplicações financeiras

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/03/14	31/12/13
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	100% CDI	-	640.460
			<u>-</u>	<u>640.460</u>
			<u>-</u>	<u>640.460</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31/03/14	31/12/13
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	50.112.648	44.387.927
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(2.382.790)	(1.244.672)
Parcelamento Clientes (ii)	4.949.711	4.949.711
(-) juros a transcorrer (ii)	<u>(921.767)</u>	<u>(853.653)</u>
	<u>51.757.801</u>	<u>47.239.313</u>
 Não Circulante		
Distribuição de gás canalizado	36.272.150	30.116.317
Parcelamento Clientes (ii)	4.124.759	5.362.187
(-) juros a transcorrer (ii)	<u>(1.066.225)</u>	<u>(1.313.340)</u>
	<u>39.330.684</u>	<u>34.165.164</u>

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de março de 2014, segregado pela faixa de vencimento dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	52.679.569	-	1.138.118	358.194	886.478	55.062.359
Cientes - Não Circulante	<u>4.124.759</u>	<u>7.706.684</u>	<u>6.209.101</u>	<u>10.742.065</u>	<u>11.614.300</u>	<u>40.396.909</u>
	<u>56.804.328</u>	<u>7.706.684</u>	<u>7.347.219</u>	<u>11.100.260</u>	<u>12.500.778</u>	<u>95.459.268</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.244.672
Provisão constituída no período	<u>1.138.118</u>
Saldo em 31 de março de 2014	<u>2.382.790</u>

(ii) Plano fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 36.272.150 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba

integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Durante o exercício social de 2013 a SCGÁS assinou renegociação com alguns clientes, sendo que estes retiraram as ações judiciais que moviam contra a SCGÁS referente a suspensão do Plano de Fidelidade.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

Em 21 de junho de 2013 foi assinado entre a SCGÁS e o Cliente Eliane S/A – Revestimentos Cerâmicos um instrumento de confissão de dívida referente aos valores do Plano de Fidelidade. Neste instrumento foi firmado o parcelamento da dívida de R\$ 11.099.753, sendo R\$1.000.000 com vencimento foi em 15 de agosto de 2013 e mais 30 parcelas fixas e mensais no valor de R\$412.476 com encargos de 1% ao mês.

6 Outras Contas a Receber

	31/03/14	31/12/13
Devedores diversos	1.997.837	1.850.408
Bancos conta movimento - Bloqueado Judicialmente	-	2.891.222
Alienação em curso	10.036	10.036
	<u>2.007.873</u>	<u>4.751.666</u>

Em dezembro o Ministério Público do Trabalho impetrou processo trabalhista nº 0011307-34.2013.5.12.0034 para garantir direitos trabalhistas de uma contratada da SCGÁS que não cumpriu com as obrigações trabalhistas com seus empregados. O bloqueio inicial foi da ordem de R\$ 3 milhões e parte deste valor, R\$108.778, foi utilizado para pagamento de verbas trabalhistas aos empregados da contratada. Em fevereiro de 2014 a Assessoria Jurídica da SCGÁS conseguiu o desbloqueio dos valores, sendo este retornado a conta corrente da SCGÁS.

7 Tributos diferidos

	31/03/14	31/12/13
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	434.878	148.305
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	708.149	423.189
Mudança critério Amortização	(365.588)	(355.713)
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	847.498	729.821
	<u>1.624.937</u>	<u>945.602</u>

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 847.498 em 31 de março de 2014 (R\$ 729.821 em 31 de dezembro de 2013) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

Impactos da MP 627 (Lei 12.973/2014)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

Em 13 de maio de 2014 a referida MP foi convertida na Lei 12.973/2014. O texto altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Revoga ainda o Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei 11.941/2009.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2014.

8 Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 35.577.250 (R\$ 29.081.606 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a diferença entre os volumes de gás transportados e efetivamente distribuídos conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras. De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.081.606
(+) Adições	1.315.385
(+) Ajustes Petrobras	43.672
(+) Atualização	5.136.587
(-) Compensação	-
Saldo em 31 de março de 2014	35.577.250

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP SOP ac. - m ³	m ³ Volume	Data Ano - Período	Período de recuperação
Recuperação dos valores de 2007	70.206.398	Ano 8 - Abr07/Mar08	Abr/14 a jul/16
Recuperação dos valores de 2008	27.196.549	Ano 9 - Abr08/Mar09	jul/16 a fev/17
Recuperação dos valores de 2009	43.299.567	Ano 10 - Abr09/Mar/10	fev/17 a out/18
Recuperação dos valores de 2010	36.187.455	Ano 11 - Abr 10/Mar11	out/17 a ago/18
Recuperação dos valores de 2011	20.394.065	Ano 12 - Abr11/Mar12	ago/18 a fev/19
Recuperação dos valores de 2011 Complementar	264.182	Ano 12 - Abr11/Mar12	ago/18 a fev/19
Recuperação dos valores de 2012	22.170.431	Ano 13 - Abr12/Mar13	fev/19 a jul/19
Recuperação dos valores de 2013	14.250.342	Ano 14 - Abr13/Mar14	jul/19 a out/19
Total a recuperar	<u><u>233.968.989</u></u>		

9 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/03/14	31/12/13
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	342.541.110	340.758.763
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	68.347.094	68.031.320
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.402.997	1.405.827
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.212.930	3.211.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	559.159	559.159
Sistema de gestão	10%	1.248.179	1.233.125
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível em andamento	-	41.178.220	36.774.546
		<u>460.439.800</u>	<u>453.924.457</u>
(-) Amortização acumulada		<u>(264.434.511)</u>	<u>(257.595.913)</u>
		<u>196.005.289</u>	<u>196.328.544</u>

A movimentação ocorrida no período de três meses findo em 31 de março de 2014 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Crédito tributário	Transferências	Amortização	Saldo em 31/03/2014
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	140.274.828	-	-	(8.276)	1.790.623	(5.761.317)	136.295.858
Aparelhos, máquinas e equipamento	16.194.651	240.298	-	(31.020)	106.496	(989.431)	15.520.994
Equipamentos e móveis administrati	439.454	1.787	(4.617)	-	-	(20.359)	416.265
Sistemas e equipamentos de informá	1.191.139	1.324	-	-	-	(39.380)	1.153.083
Benfeitorias em imóveis de terceiros	335.845	-	-	-	-	(10.819)	325.026
Sistema de gestão	225.588	15.054	-	-	-	-	240.642
Software	504.503	-	-	-	-	(17.291)	487.212
Intangível a amortizar	<u>36.774.546</u>	<u>6.311.866</u>	<u>(11.073)</u>	<u>-</u>	<u>(1.897.119)</u>	<u>-</u>	<u>41.178.220</u>
	<u>196.328.544</u>	<u>6.570.329</u>	<u>(15.690)</u>	<u>(39.296)</u>	<u>-</u>	<u>(6.838.597)</u>	<u>196.005.290</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de março de 2014 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

10 Fornecedores

	31/03/14	31/12/13
Fornecedor de Gás - Petrobras	114.711.597	115.168.100
Fornecedores de materiais e serviços	4.043.336	7.758.600
	<u>118.754.933</u>	<u>122.926.700</u>

11 Obrigações tributárias

	31/03/14	31/12/13
Cofins a recolher	637.741	187.592
Pis a recolher	138.457	40.728
ICMS a recolher	2.411.675	1.436.352
Outros	135.441	1.347.411
	<u>3.323.314</u>	<u>3.012.083</u>

12 Imposto de renda e contribuição social a pagar/recuperar

	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de renda pessoa jurídica	2.333.681	3.401.307
Contribuição social sobre o lucro	(1.686)	(5.795.412)
	<u>2.331.995</u>	<u>(2.394.105)</u>
Passivo	2.331.995	-
Ativo	-	2.394.105

13 Dividendos propostos a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 7.854.422, (R\$ 6.602.395 a título de JSCP, imputados ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 1.252.027 como dividendos complementar, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de cálculo:

Lucro do exercício de 2013	31.417.688
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.854.422
Juros sobre capital próprio	<u>(6.602.395)</u>
Dividendos propostos	<u>1.252.027</u>

14 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 1.279.052 (R\$ 436.191 em 31 de dezembro de 2013) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhista	Total
Provável	87.265	1.191.787	1.279.052
Possível	9.387.419	1.366.841	10.754.260
Remota	15.635	10.087.500	10.103.135
	<u>9.490.319</u>	<u>12.646.128</u>	<u>22.136.447</u>

O valor de R\$ 10.087.500, classificado como processo trabalhista e que possui probabilidade de perda remota na avaliação dos advogados refere-se a processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a SCGAS por conta de verbas trabalhistas não pagas por um empreiteira contratada que abandonou canteiro de obras do ramal Serra Catarinense. A assessoria jurídica da SCGAS ingressou com a defesa com recurso junto a Justiça do Trabalho e aguarda o andamento do processo.

Ativos contingentes

Em 2000, a COPAT – Comissão Permanente de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina se manifestou desfavorável à utilização dos créditos de ICMS relativos aos ativos permanentes. A Companhia entrou com ação declaratória de reconhecimento do direito de utilização do crédito do ICMS sobre ativo fixo, junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, que foi julgada procedente em primeira instância. Inicialmente na segunda instância foi julgado improcedente, o que levou a SCGAS a ingressar com um agravo de instrumento no Superior Tribunal de Justiça em Brasília, que julgou procedente e determinou ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reformar a decisão. Em dezembro de 2013 o processo foi transitado e julgado dando ganho de causa a SCGAS. Como base na decisão favorável a Companhia protocolou junto a SEFAZ pedido para que seja homologado o valor do crédito a ser utilizado. A Companhia aguarda a homologação do crédito para reconhecer contabilmente.

15 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de março de 2014, o montante de R\$ 204.029 e R\$ 1.142.634 (R\$ 208.759 e R\$ 1.130.322 em 31 de dezembro de 2013) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2014, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2013), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2013 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Reserva Especial

Conforme ata de AGO realizada em 13 de junho de 2013 definiu-se que os dividendos de 2012 seriam pagos até o dia 31 de dezembro de 2013, ou antes, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia. Entretanto em 30 de dezembro de 2013 os acionistas reunidos em AGE aprovaram a transferência dos dividendos ora provisionados para conta de reserva especial no patrimônio líquido.

d. Lucros acumulados

Saldo referente ao resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2014.

17 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/03/14	31/03/13
Receita bruta de distribuição de gás	221.004.174	195.598.113
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	(25.081)	(4.938)
ICMS sobre vendas	(23.921.624)	(20.569.637)
ICMS - ST	(2.946.942)	(2.797.720)
PIS sobre vendas	(3.597.531)	(3.181.125)
COFINS sobre vendas	(16.570.445)	(14.652.455)
	<u>(47.061.623)</u>	<u>(41.205.875)</u>
Receita líquida	<u>173.942.551</u>	<u>154.392.238</u>

b. Receitas e custos de construção

	31/03/14	31/03/13
Receita de construção	5.764.376	5.327.093
Custos construção	<u>(5.764.376)</u>	<u>(5.327.093)</u>
Receita operacional líquida de construção	<u>-</u>	<u>-</u>

18 Custo dos produtos vendidos

	31/03/14	31/03/13
Custo gás natural	136.922.467	115.505.252
Custo pessoal	754.291	656.808
Materiais	379.046	129.284
Serviços terceiros	1.683.542	1.188.713
Alugueis	1.120.821	993.571
Gerais	22.056	9.407
Amortização	6.285.258	6.855.946
	<u>147.167.480</u>	<u>125.338.981</u>

19 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras

Composição dos saldos	31/03/14	31/12/13
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.715.430	1.700.344
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	35.577.250	29.081.607
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	114.711.597	115.168.100
Composição dos saldos	31/03/14	31/03/13
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	9.834.585	10.008.669
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	183.452.830	153.262.772

b. Remuneração – Conselho de administração, fiscal e diretores.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/03/14	31/03/13
Conselho de administração	31.575	29.732
Conselho fiscal	18.945	18.275
Diretores	195.890	192.487
	246.410	240.494

20 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS está avaliando alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa – Setor Público, no montante de R\$ 20 milhões.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até março de 2014 este risco está reconhecido no resultado na composição do custo do gás e seu efeito no 1º trimestre de 2014 foi positivo no montante de R\$3,5 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de março de 2014, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/03/2014	31/12/2013
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	48.846.348	48.288.507
Contas Receber Clientes	91.088.485	81.404.477
Passivos	Outros passivos	Outros passivos
Fornecedores	118.754.933	122.926.700

Análise de sensibilidade

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montante Exposto		Indicador
Adiantamento a fornecedores	35.577.250	m3	0,13090

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

Conforme previsto no contrato de compra e venda de Gás Natural firmado entre Petrobras e a SCGÁS, os reajustes têm previsão de ocorrer a cada trimestre, entretanto, conforme Contrato de Concessão, o repasse ao consumidor depende de autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC, que no exercício social de 2014 não vem acatando as solicitações de reajuste por parte da SCGAS.

21 Eventos subsequentes

Em 28 de abril de 2014 foi aprovado em Assembléia Geral Ordinária o pagamento de dividendos contemplando a distribuição de 25% do Lucro no valor de R\$ 7.854.422 a título de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$ 6.602.395,50 a título de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, já declarados no Balanço Patrimonial, conforme deliberação da AGE de 30 de dezembro de 2013, e R\$ 1.252.026 a título de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, já declarados também no Balanço Patrimonial, conforme Art. 202 da Lei nº 6.404/76 e Estatuto Social. Foi estabelecido reter R\$22.398.137 sendo que R\$ 10.702.778 foi destinado

para a Reserva de Retenção de Lucros, que se destina a aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de Gas Natural previstos em orçamento de capital devidamente aprovado na Assembleia Geral da Companhia. Adicionalmente foi reservado o valor de R\$ 11.695.359 para a Reserva Estatutária.